

## APÊNDICE ANEXO I

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	010/2024
Estudo Preliminar nº:	010/2024
Secretaria:	Secretaria Municipal de Assistência Social, Direito; Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude
Sector / Órgão:	Fundo Municipal de Assistência Social
Objetivo:	Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação de empresa para fornecimento de serviços de refeição (buffet) e locação de espaço físico, em atendimento às necessidades da 4ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – LGBTQIA+.
Equipe de Planejamento:	<b>Gestor:</b> Simone de Almeida Pinto, Subsecretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, matrícula 63.271
	<b>Apoio Técnico Administrativo pela compilação das informações e transcrição:</b> Caroline Guimarães Monteiro, matrícula 63.569
	<b>De acordo:</b> Nicole Ribeiro Lessa Cipriano, Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, matrícula 106.737
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p><b>Fundamentação:</b> Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano Anual de Contratações (PAC) desta Administração Pública Municipal, uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. Cabe dizer que o artigo 22 da referida lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano Anual de Contratações. Vale destacar que o Plano Anual de Contratações é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o Plano Anual de Contratações seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regule esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do Plano Anual de Contratações. Portanto, esta Secretaria aguarda a criação e regulamentação do Plano Anual de Contratações Municipal, para então estabelecer o Plano Anual de Contratações desta Secretaria Municipal de Assistência Social. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

**Fundamentação:** (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para fornecimento de serviços de refeição (buffet) e locação de espaço físico, em atendimento às necessidades da 4ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - LGBTQIA+, a ser processado na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, nos termos da Lei 14.133/2021.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Fundamentação:** Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Contratação de empresa para fornecimento de serviços de refeição (buffet) e locação de espaço físico, em atendimento às necessidades da 4ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - LGBTQIA+, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	3697	<p><b>Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeição (buffet) café da manhã, almoço e café da tarde, para promover a realização e o desenvolvimento da 4ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – LGBTQIA+, com o tema “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+” a ser realizada nesta municipalidade:</b></p> <p><b>Data:</b> 27 de novembro de 2024</p> <p><b>Horário:</b> das 08:30h às 18:00h</p> <p><b>Participantes:</b> 100 pessoas entre Gestores, Agentes Públicos Municipais e Sociedade Civil da Região.</p> <p><b>OBS.: O BUFFET DEVERÁ OFERECER TODO STAFF NECESSÁRIO PARA O EVENTO (GARÇONS, MAITRE, COPEIROS E COZINHEIRAS), INCLUINDO TODO MATERIAL: COPOS/TAÇAS, LOUÇAS E TALHERES, VASILHAS EM VIDRO, BANDEJAS, TOALHAS DE MESA NA COR BRANCA, GUARDANAPOS DESCARTÁVEIS</b></p>	SERVIÇO	1

		<p><b>(FOLHA DUPLA, 100% FIBRAS CELULÓSICAS NATURAIS, NA COR BRANCA, TAMANHO MÍNIMO DE 22X24 CM) E CADEIRAS E MESAS PARA TODOS OS CONVIDADOS.</b></p> <p>O serviço será prestado, conforme descrito abaixo:</p>		
	3697	<p><b>Horário: 08:30h</b></p> <p><b>Café da manhã</b>, a ser servido antes da abertura da conferência a ser realizada neste município com a seguinte opção de cardápio devendo conter no mínimo: 03 (três) opções doces, sendo 2 (duas) opções de bolos (laranja, cenoura ou chocolate) e 1 (uma) opção de mini carolina (recheada de doce de leite, creme ou brigadeiro). Com 04 (quatro) opções de salgados, podendo ser: 2 (duas) opções de mini sanduíches (com recheio de alface e frios: peito de peru ou salame italiano ou de salpicão de frango), 1 (uma) opção de mini folhados assados (de palmito, peito de peru ou frango) e 1 (uma) opção de croissant (simples ou recheado com queijo). Deverão ser servidas bebidas quentes: café e leite, e bebidas frias: - sucos de fruta naturais ou concentrados 02 (dois) tipos (laranja ou uva, maracujá ou maçã) sem adoçar. Os alimentos sólidos e líquidos deverão ser servidos em utensílios adequados para o consumo, acompanhados de copos descartáveis, mexedores de café, pratos, xícaras, talheres e guardanapos de papel. Deve haver a opção de açúcar refinado branco e adoçante dietético para adoçar as bebidas.</p>	UNIDADE	100
	3697	<p><b>Horário: 12:30h</b></p> <p><b>Almoço</b>, a ser servido durante a Conferência, no horário previsto para às 12:30h. A empresa especializada em organização de eventos deverá disponibilizar o fornecimento de refeição (almoço), tipo buffet, aos participantes do evento (delegados e</p>	UNIDADE	100

		<p>observadores).</p> <p>Sugestão de cardápio: 02 (dois) tipos de pratos quentes, sendo eles 1 (um) prato a base de massa, tais como: lasanha, gnocchi, rondelli ou ravióli e suas variedades de molho e 1 (um) prato a base de vegetal tipo C - batata, batata doce, inhame ou aipim, tais como: purês, batata corada, aipim na manteiga, batata sauté, etc.); 04 (quatro) tipos de saladas (sendo elas: 02 tipo de saladas de legumes e 02 (dois) tipos à base de folhas verdes); 01 (um) tipo de prato à base de carne vermelha; 01 (um) tipo de prato à base de carne branca, podendo ser ave desossada ou pescado; arroz branco; 02 (dois) tipos de sobremesa (não industrializadas - pudim de leite, mousse de maracujá, mousse de chocolate, pavê de chocolate, pavê de abacaxi, torta de limão ou torta de morango); 2 (dois) tipos de refrigerantes de 1ª (tendo a opção tradicional, com açúcar e versão zero açúcar); Água mineral sem gás; 02 (duas) opções de suco natural ou concentrado de frutas. Observação: a) Os alimentos sólidos e líquidos deverão ser servidos em utensílios adequados para o consumo. Os sucos e refrigerantes do tipo zero açúcar deverão ser identificados como tal.</p> <p>b) Os almoços deverão ser servidos no local do evento.</p>		
	3697	<p><b>Horário:</b> 16:00h</p> <p><b>Lanche da tarde</b>, a ser servido ao final da conferência a ser realizada neste município com a seguinte opção de cardápio contendo no mínimo: 03 (três) opções doces, sendo 2 (duas) opções de bolos (laranja, cenoura ou chocolate) e 1 (uma) opção de mini carolina (recheada de doce de leite, creme ou brigadeiro). Com 04 (quatro) opções de salgados, podendo ser: 2 (duas) opções de mini sanduíches (com recheio de alface e frios: peito de peru ou salame italiano ou de salpicão de frango), 1</p>	UNIDADE	100

		(uma) opção de mini folhados assados (de palmito, peito de peru ou frango) e 1 (uma) opção de croissant (simples ou recheado com queijo). Deverão ser servidas bebidas quentes: café e leite, e bebidas frias: - sucos de fruta naturais ou concentrados 02 (dois) tipos (laranja ou uva, maracujá ou maçã) sem adoçar. Os alimentos sólidos e líquidos deverão ser servidos em utensílios adequados para o consumo, acompanhados de copos descartáveis, mexedores de café, pratos, xícaras, talheres e guardanapos de papel. Deve haver a opção de açúcar refinado branco e adoçante dietético para adoçar as bebidas.		
2	22721	<b>Locação de espaço físico</b> de fácil acessibilidade e na região central do município de Nova Friburgo, para promover a realização e o desenvolvimento da 4ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – LGBTQIA+, a ser realizado no dia 27 de novembro de 2024, contendo banheiros masculino e feminino; auditório com capacidade mínima para 100 pessoas; local para serviços de café da manhã, almoço e lanche da tarde, com rotas acessíveis, conforme Norma ABNT-NBR-9050.	DIÁRIA	1

A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

• Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Como descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,

h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

A contratada observará ainda a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

- Da indicação de marcas ou modelos:

Segundo a requisição da unidade requisitante, na presente contratação, não será admitida a indicação de marcas, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

- Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra.

- Da exigência de carta de solidariedade:

Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

**Fundamentação:** Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Cabe dizer que a estimativa do quantitativo foi realizada baseada na realização das últimas Conferências Municipais que se tem histórico, com a participação de aproximadamente 100 (cem) pessoas, como a 16ª Conferência Municipal de Assistência Social e a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Faz-se necessário frisar que as Conferências Municipais são espaços amplos e democráticos de debates coletivos entre a sociedade civil e os representantes do poder público com vistas a aprimorar as ofertas de políticas públicas garantidoras de direitos à população.

A retomada na realização das Conferências Municipais, de forma presencial, após o período em que estas foram possíveis apenas de forma virtual, em decorrência da Pandemia de Covid-19, nos desafia a pensar em propostas de adequação que sejam atrativas para garantir a participação popular, a oferta de local acessível, com espaço para acomodar os participantes satisfatoriamente, bem como alimentação para garantir a permanência durante todo o evento, são primordiais. Neste sentido e baseado no quantitativo de participantes na 16ª Conferência Municipal de Assistência Social e 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (listas de presenças anexas ao Documento de Formalização de Demanda - DFD), realizadas por esta Secretaria, acredita-se que as demais Conferências poderão ter como público participante, entre 100 (cem) a 200 (duzentas) pessoas, considerando a ampla divulgação antecipada que deverá ser feita, bem como toda a estruturação para a realização destes eventos, haja vista a abertura de processo administrativo para esta finalidade.

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

**Fundamentação:** Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, urge destacar que, conforme Decreto nº 169 de 08 de agosto de 2017, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria foi realizada pesquisa no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) com o fito de averiguar contratações similares a presente contratação.

**Urge consignar que os preços alcançados no PNCP são de contratações similares ao presente, no entanto, os quantitativos e especificações não são exatamente correspondente a presente contratação, portanto, não poderá ser considerado como preço balizador, devendo a Secretaria responsável, conforme Decreto acima citado, realizar a pesquisa de preços de mercado, para balizar, assim, futuro certame.**

A pesquisa de mercado tem como base verificar quais parâmetros estão sendo cobrados pelo mercado, no âmbito público e/ou privado, com o objetivo de obter a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, e ao mesmo tempo, eficaz na sua execução.

Nesse sentido, urge consignar nestes estudos preliminares a pesquisa de preços praticados e registrados em Atas de Registros de Preços de contratações similares bem como observamos, a contratação via licitação já pela nova lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, com o mesmo objeto, praticados no âmbito de órgãos e entidades da Administração Pública, conforme quadro demonstrativo abaixo:

**ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	BUFFET BUFFET SERVIÇO DE BUFFET PARA ATENDIMENTO DA CONFERÊNCIA	R\$ 38.800,00	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA  <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II  <b>TIPO:</b> ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA  <b>MODO DE DISPUTA:</b> NÃO SE APLICA  <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO  <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 46381000000180-1-000002/2024

MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA/SP	CONTRATAÇÃO DO BUFFET	R\$ 19.551,67	<p><b>FONTE:</b> COMPRAS.GOV.BR</p> <p><b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> PREGÃO - ELETRÔNICO</p> <p><b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 28, I</p> <p><b>TIPO:</b> EDITAL</p> <p><b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO-FECHADO</p> <p><b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO</p> <p><b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 45351749000111-1-000044/2024</p> <p><b>FONTE:</b> BLL COMPRAS</p>
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE SENADOR CANEDO - SENAPREV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM BUFFET COMPLETO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TIPO ALMOÇO A SER SERVIDO NO LOCAL DO EVENTO	R\$ 27.500,00	<p><b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA</p> <p><b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II</p> <p><b>TIPO:</b> ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA</p> <p><b>MODO DE DISPUTA:</b> NÃO SE APLICA</p> <p><b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO</p> <p><b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 04927847000177-1-000006/2024</p> <p><b>FONTE:</b> FIORILLI SOFTWARE</p>
MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SALÃO COM A CAPACIDADE PARA ATENDER NO MÍNIMO 500 PESSOAS PARA PALESTRAS, REUNIÕES OU CONFERÊNCIAS E DEMAIS EVENTOS...	R\$ 4.598,75	<p><b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> PREGÃO - ELETRÔNICO</p> <p><b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 28, I</p> <p><b>TIPO:</b> EDITAL</p> <p><b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO-FECHADO</p> <p><b>REGISTRO DE PREÇO:</b> SIM</p>



			<b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 77857183000190-1-000006/2024  <b>FONTE:</b> IPM SISTEMAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIRMINÓPOLIS/GO	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA EVENTOS	R\$ 1.405,00	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA  <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II  <b>TIPO:</b> AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA  <b>MODO DE DISPUTA:</b> DISPENSA COM DISPUTA  <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO  <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 11324516000108-1-000085/2024  <b>FONTE:</b> MEGASOFT INFORMÁTICA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENT O ECONÔMICO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	SERVIÇO DE LOCAÇÃO EVENTUAL DE ESPAÇO - DO TIPO SALÃO E SALAS DE APOIO INCLUINDO EQUIPAMENTO DE SOM E DE PROJEÇÃO PARA ATENDER A UM PÚBLICO DE 60 PESSOAS COM COFFEE BREAK, ALMOÇO E ÁGUA, DEMAIS INFORMAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	R\$ 7.040,00	<b>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:</b> DISPENSA  <b>AMPARO LEGAL:</b> LEI 14.133/2021, ART. 75, II  <b>TIPO:</b> ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA  <b>MODO DE DISPUTA:</b> NÃO SE APLICA  <b>REGISTRO DE PREÇO:</b> NÃO  <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> 34849691000114-1-000003/2024  <b>FONTE:</b> ASJB CONSULTORIA S/C LTDA
<b>MÉDIA DESTES VALORES:</b>  <b>ITEM 1 - BUFFET: R\$ 28.617,22</b> <b>ITEM 2 - LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO: R\$ 4.347,92</b>			

**COTAÇÃO DE FORNECEDORES DE 2 (DUAS) CONFERÊNCIAS REALIZADAS POR ESTA MUNICIPALIDADE (ANEXA)**

<b>EVENTO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO</b>
<b>16ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>ITEM 1 - BUFFET</b>	<b>R\$ 15.900,00</b>
	<b>ITEM 1.2 - ALMOÇO</b>	<b>R\$ 39,75</b>
	<b>ITEM 2 - LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO</b>	<b>R\$ 1.925,00</b>
<b>1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b>	<b>ITEM 1 - BUFFET</b>	<b>R\$ 16.800,00</b>
	<b>ITEM 1.1 - CAFÉ DA MANHÃ</b>	<b>R\$ 25,00</b>
	<b>ITEM 1.2 - ALMOÇO</b>	<b>R\$ 35,00</b>
	<b>ITEM 1.3 - LANCHE DA TARDE</b>	<b>R\$ 18,00</b>

**MÉDIA DESTES VALORES:****ITEM 1 - BUFFET: R\$ 16.350,00****ITEM 1.1 - CAFÉ DA MANHÃ: R\$ 25,00****ITEM 1.2 - ALMOÇO: R\$ 37,37****ITEM 1.3 - LANCHE DA TARDE: R\$ 18,00****ITEM 2 - LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO: R\$ 1.925,00****7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:****Fundamentação:** Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado no item anterior, conforme Decreto nº 169, de 08 de agosto de 2017, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada a pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

A estimativa do valor, para fins de procedimento licitatório ou contratação direta, será verificada no momento da efetivação da cotação de preços, a ser executada, como já explicitado, pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023 ([https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_66\\_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html)).

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**Fundamentação:** Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, caracterizada pela disputa entre os participantes por meio de lances em sessão pública via internet.

Diante do objetivo a ser alcançado, que trata-se da contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de refeição (buffet) e locação de espaço físico, sob demanda, o pregão eletrônico, em relação aos serviços de buffet, permite a inclusão de especificações detalhadas no edital, como o tipo de serviço (café da manhã, almoço, jantar), quantidade de pessoas, cardápio, entre outros, facilitando a comparabilidade das propostas.

Em relação a locação de espaço físico, o pregão eletrônico permite a padronização das especificações, como as características do local desejado, facilitando a comparação entre as ofertas e possibilitando a seleção de espaços com melhores condições de preço e qualidade.

Sendo assim, a solução foi analisada, pormenorizada nas pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, e a solução disponível no mercado mais adequada se encontra na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, em cumprimento ao dispositivo constitucional constante no art. 37, *caput* e inciso XXI da CF/88.

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

**Fundamentação:** Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, caso não haja prejuízo da solução, permitindo ampla participação de licitantes. A solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir for positiva:

1. É tecnicamente viável dividir a solução? SIM
2. É economicamente viável dividir a solução? SIM
3. Não há perda de escala ao dividir a solução? SIM
4. Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? SIM

Em conformidade com o princípio do parcelamento, previsto no art. 40, V, "b" c/c art. 47, II, ambos da Lei 14.133/2021, a contratação do presente será por item, uma vez que é tecnicamente viável, economicamente vantajoso e não acarreta prejuízo ao conjunto do objeto para a Administração.

Primeiramente, cumpre esclarecer que, o parcelamento em licitações para buffet e locação de espaço físico pode ser justificado com base nos seguintes princípios e aspectos legais:

- Serviços de natureza distinta: O fornecimento de buffet e a locação de espaço físico são serviços distintos, com características e demandas específicas.
- Flexibilidade na contratação: O parcelamento da licitação não só garante que cada serviço seja tratado conforme suas particularidades, permitindo uma gestão mais eficaz e especializada, como também permite ajustes específicos, como negociações personalizadas, cláusulas contratuais específicas e acompanhamento diferenciado de desempenho, o que pode ser mais difícil de alcançar em um único contrato.
- Princípios da Eficiência, Economicidade e Competitividade: O parcelamento da contratação possibilita a obtenção de melhores preços e condições ao dividir os serviços em itens, permitindo que diferentes fornecedores, especializados em cada segmento, possam participar, gerando competição e redução de custos. Garante que cada serviço seja executado por fornecedores com expertise específica, resultando em maior qualidade na prestação dos serviços. Facilita a participação de um maior número de empresas, que talvez não tenham capacidade para fornecer todos os serviços em um único contrato. E, reduz a concentração de contratações em um único fornecedor, diversificando os riscos e incentivando a competição, o que é mais benéfico para a Administração Pública.

- Conformidade com a Lei de Licitações: A nova Lei 14.133/2021 incentiva o parcelamento, quando possível, justamente para atender aos princípios acima mencionados, promovendo uma contratação mais eficiente e competitiva.

- Minimização de riscos: Dividir a contratação em itens minimiza o risco de falhas no fornecimento de serviços, pois se um fornecedor não cumprir suas obrigações, os outros podem continuar prestando os serviços sem interrupções significativas.

Portanto, o parcelamento da licitação para a locação de espaço físico e buffet é justificado por promover maior eficiência, economicidade, competitividade, e uma melhor gestão dos serviços contratados. Além disso, está alinhado com os princípios gerais das Licitações e Contratações, bem como com a **Súmula 247 do TCU "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das Licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda da economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"**, garantindo transparência e igualdade de condições para todos os participantes do processo licitatório.

#### 10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

**Fundamentação:** Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A contratação aqui pretendida tem por finalidade promover a realização e o desenvolvimento da 4ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – LGBTQIA+, a ser realizada no dia 27 de novembro de 2024, possibilitando assim, que a população friburguense tenha acesso a este espaço amplo de discussão e debate sobre as políticas públicas desenvolvidas, participando efetivamente no controle social, que é a participação da sociedade na administração pública, com objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações de Governo, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão.

Assim, a referida contratação demonstra-se mais adequada, na forma apresentada, na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item.

#### 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

**Fundamentação:** Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Consoante a nova legislação vigente, deverá ser considerado a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto contratado, devendo ser realizado pelo Fiscal do contrato com a supervisão do Gestor, o controle efetivo do consumo da ata, informando frequentemente à Gestão sobre os saldos de atas. Este aprimoramento por parte dos servidores Fiscais do contrato é imprescindível para a melhoria do controle das contratações.

#### 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

**Fundamentação:** Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

#### 13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

**Fundamentação:** Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento, no entanto, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

A contratada observará ainda a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

#### **14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:**

**Fundamentação:** Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Pasta e ao referido equipamento requisitante.

**15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:**

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestor:	Responsável Técnico:	Apoio Técnico:
<hr/> <b>Simone de Almeida Pinto</b> Subsecretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude Mat. 63.271	<hr/> <b>Ana Elza da Silva Júnior</b>  Gerente de Proteção Social Especial  Mat. 62.995	<hr/> <b>Caroline Guimarães Monteiro</b>  Supervisora de Nível Básico I de Gestão de Processos Administrativos  Mat. 63.569

Nova Friburgo/RJ, 20 de junho de 2024.

De acordo:

---

**Nicole Ribeiro Lessa Cipriano**  
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos,  
Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude  
Mat. 106.137